

DESIGUALDADE / Falta de moradia coloca em risco famílias do DF que sofrem pela falta de acesso a direitos básicos. Na Asa Norte, crescem ocupações em terrenos baldios. No entanto, estudo revela que vulnerabilidades se estendem para além do centro de Brasília

Mais de 2 mil desabrigados

» DARCIANNE DIOGO

Prédios luxuosos, hotéis, áreas de lazer e jardins bem cuidados compõem o cenário do coração de Brasília e das quadras mais nobres da capital federal. A beleza, no entanto, disputa a atenção de quem passa pelas ruas e percebe, ao longo das calçadas, diversos barracos de madeirite e lona. As ocupações ilegais estão por toda parte. Não se sabe, precisamente, quantas invasões existem no DF, porém, mais de 2 mil pessoas declararam-se em situação de rua, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes). Desse total, 152 são crianças e 59, adolescentes.

Uma dessas áreas ocupadas é a 707/907 Norte, perto de um centro universitário particular. Ali, mais de 40 pessoas dividem o espaço e se acomodam em barracos, cercados por muriquetas e formigas. O local é monitorado diariamente pela equipe de abordagem social da Sedes. A pasta informa que os moradores daquele ponto não se consideram pessoas em situação de rua, mas catadores de materiais recicláveis.

Apenas na região central de Brasília, há cerca de outros 30 locais onde pessoas em situação de vulnerabilidade social se instalaram. A Subsecretaria de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) monitora essas áreas e fiscaliza ocupações irregulares nas regiões administrativas. No entanto, a pasta não tem números precisos, pois “a maioria dos acampamentos são móveis, o que dificulta a contagem”.

Há oito meses, Raylene Nunes Alves, 30 anos, mora com o marido e os dois filhos, de 12 e 4 anos, em um barraco na 707/907 Norte. A mudança não foi uma opção. Ela vivia em outro barraco,

em Planaltina de Goiás — a cerca de 55km de Brasília —, mas a coleta de materiais recicláveis ficava difícil no local. No DF, a catadora encontrou uma forma mais fácil de juntar os itens para revender e, assim, garantir a comida do dia. “Aqui, nossa rotina é sair de manhã para buscar latinha, voltar e, depois, sair à noite. Por mês, consigo tirar em torno de R\$ 500”, calcula.

Ao lado do barraco de Raylene, há outros sete, onde moram mais de 15 pessoas, incluindo crianças e bebês. Outra estrutura serve como um banheiro improvisado, sem vaso sanitário e sem chuveiro. Do outro lado da pista, há mais construções à base de lona onde vivem cerca de 20 pessoas. A catadora nasceu em Brasília, mas os pais dela moram no Piauí. Ela chegou a alugar quitinetes e barracos para morar com o marido e as crianças, mas, pelas condições financeiras, acabava despejada pelos donos dos imóveis. O sonho de Raylene é conseguir juntar R\$ 10 mil, para comprar um terreno em Planaltina (GO). “Até agora, consegui R\$ 2 mil. Creio que, até o ano que vem, eu consiga esse dinheiro. Com R\$ 500 (por mês) é difícil, mas, quando alguém doa alimentos, ajuda a economizar. Quem não quer ter um lugar de conforto para ficar com os filhos?”, questiona.

Lar

A história de Brenda Pereira, 25, não é muito diferente. A jovem tem dois filhos — um de 8 anos e uma bebê de 7 meses — e conheceu Raylene em Planaltina (GO). As duas vieram juntas para Brasília, em busca de condições melhores de vida. Não muito longe da ocupação irregular onde as duas vivem, vê-se a outra realidade

Darcianne Diogo/CB/DA Press



Raylene divide um barraco com o marido e os dois filhos: sonho da catadora de recicláveis é comprar um terreno

de da capital federal: prédios luxuosos, centros comerciais e hotéis. “Meus filhos não sabem o que é shopping. Na verdade, nem saem de cima desse papelão. O lazer deles é esse, mas nos acostumamos. Aqui, é uma dando força para a outra”, comentou Brenda.

Além das dificuldades, a família lida com derrubadas promovidas por órgãos públicos. “É frequente. A última tem três meses. Mas vou fazer o quê? Eles viram as costas e construímos de novo. Aqui, não recebemos visita de ninguém do governo nem opção para sair dessa situação. Não somos criminosos nem usuários de drogas. Somos pessoas honestas que não têm um lar”, completou a jovem. A DF Legal, por outro lado, informou que retira “apenas materiais inservíveis”, que não apreende pertences pessoais e que todas as ações da subsecretaria só ocorrem após trabalho prévio da Sedes.

Medidas

Para o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) Thiago Trindade, as ocupações irregulares estão associadas à falta de políticas públicas voltadas à moradia. “O acesso à terra é uma questão que nunca foi resolvida no Brasil. Temos um problema estrutural, que afeta a dinâmica da vida no campo e na cidade. Além disso, temos ausência quase total de uma política urbana seriamente implementada pelos governos. Desenvolvemos programas de política habitacional para a população de baixa renda, mas não resolvemos o problema, porque essas habitações, em larga medida, são construídas nas periferias das grandes cidades”, analisou.

O especialista acredita que mais pessoas ocupam pontos no Plano Piloto pelo fato de a área

ser mais populosa e por oferecer mais “oportunidades”. “Temos uma área nobre. Se a pessoa que mora nessas ocupações tem comércio ambulante, ele vende mais. Se é catadora, consegue arrecadar mais latinhas, porque há mais consumo. A concentração da propriedade fundiária associada à falta de política urbana e habitacional vai acarretar em invasões”, ponderou.

Questionada sobre as ações implementadas para coibir as ocupações, a Sedes informou que oferece passagens para as pessoas que desejam retornar às cidades de origem, benefícios eventuais e inclusão no Cadastro Único (CadÚnico). A pasta acrescentou que apresenta serviços socioassistenciais, programas e benefícios para as famílias, incluindo vagas de acolhimento institucional nas 46 unidades sob gestão da secretaria. “A Sedes não pode retirar uma pessoa em

situação de rua sem que ela manifeste interesse em ir para as unidades de acolhimentos”, ressaltou o órgão distrital, em nota.

Indicadores

A vulnerabilidade social não está presente só entre os que não têm uma casa para morar. Estudo produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostra que, das 33 regiões administrativas do DF, Estrutural e Sol Nascente são as mais prejudicadas. Os dados constam no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), indicador que avalia as condições da população: quanto maior o indicador, maior a fragilidade social do local. As duas cidades tiveram resultado de 0,72 e 0,6, respectivamente.

O primeiro indicador analisado pelo estudo avalia fatores relacionados aos domicílios e arredores, como acesso a saneamento básico; tempo de deslocamento para o trabalho; condição viária; e ambiência urbana. Nesse quesito, Estrutural e Sol Nascente atingiram 0,69 e 0,64 pontos, respectivamente, seguidos por Fercal (0,5) e Planaltina (0,4). As regiões com melhores resultados foram Cruzeiro (0,03) e Sudoeste/Octogonal (0).

O estudo analisa, ainda, a necessidade de provimento de moradias para atender à demanda habitacional da população, bem como a inadequação de domicílios relacionada a especificidades que prejudicam a qualidade de vida. A Estrutural volta a aparecer em primeiro lugar nesse ponto, com indicador de 0,63, seguida pelo Riacho Fundo (0,53). Lago Sul (0,03) e Águas Claras (0,01) foram as mais bem avaliadas nesse aspecto.

T.I.

PF investiga suspeitas de fraude em estatais

» RENATO SOUZA

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal deflagram, ontem, uma operação contra fraudes em contratos de tecnologia da informação (T.I.) de empresas públicas estaduais e federais. Entre os alvos estão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e a Prodemge, empresa de tecnologia ligada ao governo de Minas Gerais. Outra investigada é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

As diligências fizeram parte de mais uma fase da operação Circuito Fechado. As fraudes envolvendo a Prodemge foram reveladas pelo Correio em setembro.

Na ocasião, informações obtidas pela reportagem revelaram que a empresa B2T, suspeita de firmar contratos fraudulentos com o governo federal, venceu uma licitação com a companhia do setor público de Minas Gerais. O que chamou a atenção de investigadores que atuam no caso é que, antes mesmo de o processo de escolha da prestadora de serviços terminar, conversas trocadas entre gestores da empresa de T.I. falavam o nome da companhia que ganharia o certame.

Nesta nova etapa, a operação averigua cinco contratos firmados com as empresas entre 2015 e 2018. Com as prorrogações, eles envolvem, ao menos, R\$ 11,8 milhões. Na quinta-feira, a Justiça Federal do Distrito Federal autorizou o cumprimento de 25 mandados de busca e apreensão, em

Ed Alves/CB/DA Press



Apurações miram contratos para serviços em tecnologia da informação

endereços do DF e de SP. Além disso, determinou a quebra de sigilos bancários de dezenas de pessoas físicas e jurídicas envolvidas, bem como sequestro de bens e de valores, assim como a prisão preventiva de cinco suspeitos e temporária de outros seis investigados.

De acordo com o MPF, após a coleta de provas resultantes do

cumprimento de mandados judiciais deferidos na Operação Gaveteiro e na Operação Circuito Fechado, “descobriu-se que o Ministério do Trabalho (objeto da primeira fase da investigação) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) foram apenas alguns dos palcos da organização criminosa”.

Além disso, os investigadores

» Primeira fase

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu, ontem, por determinação da Justiça Federal do Distrito Federal, denúncia contra sete investigados na Operação Gaveteiro. A denúncia se refere à fase da força-tarefa deflagrada em fevereiro, para apurar irregularidades em serviços de tecnologia da informação prestados para o Ministério do Trabalho. As apurações indicam haver criação de “regras” em licitações, para restringir a competição de empresas que fazem parte de um “clube” formado pelos investigados. A operação Circuito Fechado trata-se de desdobramento da Operação Gaveteiro.

descobriram um “esquema bem maior”, envolvendo empregados e revendedores de soluções de T.I. para órgãos públicos. Ações ocorriam “por meio de licitações fraudadas e cooptação de servidores públicos, que eram responsáveis por direcionar as contratações, realizando pesquisas de preços viciadas e incluindo cláusulas restritivas que favoreciam

as empresas participantes do esquema, além de promover prorrogações contratuais igualmente anticompetitivas”, segundo o MPF. “Cabia a eles, também, atestar a necessidade de mais horas de serviço, aumentando os valores dos contratos”.

Procurada pela reportagem, a Caesb afirma que não foi alvo de mandado de busca e apreensão. A Companhia também informou que “está à disposição dos órgãos de fiscalização, investigação e controle”. A estatal acrescentou que “não foi notificada judicialmente sobre o teor da operação nem das investigações citadas nas reportagens”.

A Capes comunicou que “colabora com a Polícia Federal e (com os) órgãos de controle nas investigações da operação Circuito Fechado”. “Todas as informações solicitadas à PF e se referem a processos de anos anteriores. A Capes espera que o caso seja esclarecido e (que) os possíveis responsáveis por desvio de recursos públicos sejam devidamente punidos”, diz nota da Coordenação.

ANTECIPE SEU ANÚNCIO
e aproveite o feriado!

Confira os horários especiais de atendimento neste fim de ano

Dezembro / Janeiro					
Lojas	24/12 a 27/12		28/12 a 30/12		31/12 a 03/01
	Fechado		9h às 17h		Fechado
Central de Anúncios	24/12	25/12 a 27/12	28/12 a 30/12	31/12	01/01 a 03/01
	8h às 13h	Fechado	8h às 20h	8h às 13h	Fechado

Para anunciar, vá até uma de de nossas lojas ou ligue: **(61) 3342-1000**

SIG, quadra 2, lote 340 - **Asa Sul**, 107, bloco A - **Taguatinga Centro**, C12, bloco E
Horário de funcionamento: Lojas - 2ª a 6ª, das 9h às 17h, e sábado, das 8h às 12h.
Central de Anúncios - 2ª a 6ª, das 8h às 20h, e sábado, das 8h às 13h.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE